

A revista *Ciência & Saúde Coletiva* e o processo de institucionalização de um campo de conhecimentos e práticas

The *Ciência & Saúde Coletiva* journal and the process of institutionalization of a field of knowledge and practices

Everardo Duarte Nunes¹

Abstract *This paper takes as its starting point the concepts that make up the process of institutionalization of a field of knowledge in the following phases: 1. Differentiation of subjects, methods and techniques of knowledge or existing disciplines, 2. The subject previously considered as peripheral is now seen as part of a particular field of knowledge, 3. The new field becomes significant in the set of an area and starts the standardization of recruitment of human resources, selection of experts and financial resources, and 4. Consolidation of the new field, building its culture within the scientific community, with its social networks of communication, scientific associations and its own publications. Our central objective is to analyze the role of the *Ciência e Saúde Coletiva* Journal in the process of institutionalization of the Collective Health; we situate the Collective Health and its stages, make a brief report on the history of scientific publications by emphasizing the Brazilian studies on the public health field, and work the early stages of the Journal.*

Keywords *Institutionalization, Collective health, Public health, Scientific journals, *Ciência e Saúde Coletiva**

Resumo *O presente trabalho toma como ponto de partida as noções que conformam o processo de institucionalização de um campo do conhecimento nas seguintes fases: 1. Diferenciação de temas, métodos e técnicas de conhecimentos ou disciplinas já existentes; 2. O tema anteriormente considerado periférico passa a ser olhado como parte de um determinado campo de conhecimento; 3. O novo campo passa a ser significativo no conjunto de uma área e inicia a padronização do recrutamento de recursos humanos, seleção de especialistas e de recursos financeiros; 4. Consolidação do novo campo, construindo sua cultura dentro da comunidade científica, com suas redes sociais de comunicação, associações científicas e publicações próprias. O objetivo central é analisar o papel da Revista *Ciência e Saúde Coletiva* no processo de institucionalização da *Saúde Coletiva*; situar a *Saúde Coletiva* e suas etapas; fazer um breve relato sobre a história das publicações científicas, ressaltando as brasileiras do campo da saúde pública/saúde coletiva; e trabalhar os momentos iniciais da Revista.*

Palavras-chave *Institucionalização, Saúde coletiva, Revistas científicas, *Ciência e Saúde Coletiva**

¹ Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Cidade Universitária, Barão Geraldo. 13081-970 Campinas SP Brasil. evernunes@uol.com.br

Introdução

Há vinte anos aparecia o primeiro número de *Ciência e Saúde Coletiva*, a revista oficial da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco e assim cumpria-se um dos pontos fundamentais do processo de institucionalização de um campo de conhecimento, conforme nos ensinam Ben David¹ e Oberschall², sintetizados por Bloom³, ao traçarem os estágios pelos quais havia passado a sociologia e a sociologia da medicina. Para esses autores, as fases desse processo são: 1. Diferenciação de temas, métodos e técnicas de conhecimentos ou diferenciação das disciplinas já existentes; 2. O tema anteriormente considerado periférico passa a ser olhado como parte de um determinado campo de conhecimento e torna-se culturalmente signifiante; 3. O novo campo passa a ser signifiante no conjunto de uma área e inicia a padronização do recrutamento de recursos humanos, financeiros e seleção de especialistas; 4. Consolidação do novo campo, construindo sua cultura dentro da comunidade científica, com suas redes sociais de comunicação, associações científicas e publicações próprias. O objetivo central deste trabalho é analisar o papel da Revista *Ciência e Saúde Coletiva* no processo de institucionalização da Saúde Coletiva; situar a Saúde Coletiva e suas etapas; fazer um breve relato sobre a história das publicações científicas, ressaltando as brasileiras do campo da saúde pública/saúde coletiva; e trabalhar os momentos iniciais da Revista.

A institucionalização de um campo de conhecimento

Como referido na Introdução, o quarto momento da institucionalização de um campo de conhecimento é o da consolidação, no qual a associação entre seus membros participantes tem sua visibilidade garantida pela sistemática publicação de seus saberes e práticas.

Para situar este quarto momento, retomamos a periodização da saúde coletiva, mostrando que não podemos entendê-la na atualidade se não buscarmos os antecedentes nas formulações que se estenderam pelos territórios da higiene, medicina preventiva e social, saúde pública convencional⁴. Em realidade, estas noções configuram um primeiro momento que denominamos *projeto preventivista*, localizado de 1955-1970. As práticas preventivistas, herdeiras do “modelo da história natural da doença”, criado por Leavell e

Clarke e das práticas pedagógicas a eles associadas, veiculadas pela Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), sofreriam suas rupturas mais profundas a partir da segunda metade dos anos 1970, mas já se anunciavam de forma assistemática no começo dessa década. Essas rupturas associavam-se não somente às crises que ocorriam no campo dos serviços de saúde, mas pela reflexão crítica que a intelectualidade da saúde formula nesse momento.

Os principais fundamentos teórico-epistemológicos abordam não apenas a saúde como produção social, mostrando os limites dos modelos centrados na biomedicina, mas a inclusão do ensino de disciplinas e temas que traduzem as relações saúde-sociedade. Em muitos aspectos trata-se de um movimento latino-americano que recebe forte participação de setores da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), que realiza reuniões e seminários em vários países da América do Sul, como, por exemplo, o realizado em Cuenca, Equador, em 1972, para discutir o papel das ciências sociais em saúde. Outro ponto é a discussão da planificação em saúde, não apenas na produção de conhecimentos, mas na formação de pessoal auxiliar de saúde tanto quantitativamente como “redesenha um novo perfil de profissional”⁵.

De outro lado, conta-se também com a participação de fundações norte-americanas, como a Milbank Memorial Found e W. K. Kellogg Foundation, no financiamento de bolsas no exterior para professores que trabalhavam na área da medicina preventiva e social e, posteriormente, no financiamento de programas comunitários de saúde em algumas escolas médicas e da pós-graduação em medicina social.

Nesse movimento despontam manifestações acadêmicas de um novo pensamento social em saúde, das quais citamos algumas: o trabalho pioneiro de Gandra, sobre o estigma da lepra⁶; de Arouca, sobre a crítica à medicina preventiva⁷; de Donnangelo, sobre a prática médica na cidade de São Paulo⁸ e a crítica da medicina comunitária⁹; Machado et al.¹⁰, com o estudo do discurso arqueológico da medicina social brasileira; Luz¹¹, sobre instituições médicas; Cordeiro¹², pesquisando o consumo de medicamentos; Cohn¹³, sobre a previdência como processo político; Schraiber¹⁴, sobre as relações entre educação médica e capitalismo; Marsiglia¹⁵, sobre relações de trabalho e previdência social; García¹⁶, sobre a educação médica, Breilh¹⁷, reprodução social e determinação social da saúde; Laurell¹⁸, sobre a coletividade como expressão do processo saúde-

doença; e Teixeira¹⁹, com estudos sobre seguridade social e políticas de saúde.

Um dos primeiros trabalhos sobre a produção brasileira na década de 1970 destaca que, ao lado da *reativação [da] proposta para o campo da Saúde Pública [...] e sua relação com o avanço da crise previdenciária brasileira [...], o movimento de recomposição das práticas sanitárias que se apoia também na direção assumida pela investigação teórica e histórica sobre a saúde proporciona, ao mesmo tempo, novos objetos à pesquisa na área da Saúde Coletiva*²⁰. Neste trabalho, a autora destaca a importância que tiveram as pesquisas e publicações relacionadas à epidemiologia em seus estudos populacionais, as pesquisas sobre a Doença de Chagas e suas relações com estrutura agrária, processo migratório, trabalho em área urbana, estrutura fundiária e os estudos sobre as práticas de saúde, por exemplo, os estudos sobre a prevenção, medicamentos, já citados.

Ao longo dos anos, os pioneiros continuariam suas pesquisas diversificando temáticas e metodologias com intensa participação na produção científica do campo.

No mesmo período, a visão economicista do planejamento em saúde – relação custo-benefício – na proposta CENDES/OPS cede lugar a uma abordagem política do planejamento e a própria Organização Pan Americana da Saúde assume, em documento de 1976, a perspectiva da medicina social, ao enunciar, primeiramente, uma crítica:

*Os propósitos das reuniões de Viña del Mar y Tehuacán foram alcançados em sua parte estrutural com a incorporação das diferentes disciplinas da medicina preventiva nos planos de estudo, podendo-se considerar seu desenvolvimento como um dos mais sobressalentes no campo da educação médica no período de 1950-1959*²¹.

De outro lado, considera que:

*As ambiciosas metas de obter a transformação das práticas de saúde, em especial da atenção médica, mediante a formação de um profissional capacitado para realizar essas mudanças, não haviam se concretizado; Em seu lugar, havia se produzido de forma correlativa, a incorporação isolada de serviços de medicina preventiva dentro de alguns programas de atenção médica hospitalar*²¹.

Destacamos desse Informe a passagem que situa o campo da medicina social:

Anteriormente, a preocupação radicava em preparar um médico capacitado para ‘ver’ o doente de forma integral. Para isto, a medicina preventiva desenvolveu programas de ensino tendentes a formar no profissional uma mentalidade ‘preventiva

*e chamou a atenção sobre os aspectos biopsicossociais das doenças. Agora se trata de que a medicina social estude as instituições que proporcionam atenção à saúde e os esquemas de ação médica que delas resultam*²¹.

Em resumo: *a medicina social trata de estudar a sociedade, de analisar as formas correntes de interpretação dos problemas de saúde e da prática médica*²¹.

Cumpramos assinalar que um fato importante nesse processo de criar espaços para as perspectivas inovadoras está na origem das primeiras pós-graduações em Medicina Social no Rio de Janeiro e no México, no início dos anos 1970.

De forma genérica, denominamos esse período de *medicina social*, que se estende até o final dos anos setenta, tomando a precaução de que, se em largos traços a cronologia adotada é apropriada, deve-se lembrar de que as suas fronteiras são muitas vezes de difícil demarcação. Acrescenta-se que aparecem novos atores que convivem com os da chamada “1ª geração” e que estavam se formando, haviam realizado a pós-graduação, ou já militavam nas ciências sociais ou em outros campos da saúde. Localizando algumas contribuições na vertente das ciências sociais, podemos destacar as pesquisas e elaborações teóricas e metodológicas de Minayo²²; a pesquisa sobre medicina popular de Loyola²³; a análise das contribuições teóricas dos clássicos da sociologia na produção científica da medicina social brasileira de Pereira²⁴; e no campo da epidemiologia o estudo das doenças transmissíveis de Barata²⁵.

Com este alerta, verificamos que nos anos finais da década de 1970 ocorre o advento, na expressão de Amélia Cohn, do “novo cliente” - o coletivo²⁶. Como escreve a socióloga, o coletivo não era desconhecido desde o final do século XIX, mas ressurgiu de maneira singular, ou seja, “as práticas de saúde se dão sobre e no coletivo, ao mesmo tempo em que passam a se configurar como práticas coletivas”, com especificidades próprias, tanto para sua quantificação, como para a sua explicação; ele é dinâmico, produto das relações sociais e que, ao se submeterem às suas regras, os indivíduos se submetem ativamente.

O caminho em direção a uma perspectiva social, coletiva, pública para a saúde havia sido trilhado ao longo desses anos numa associação de práticas pedagógicas (cursos de graduação, pós-graduação, especialização), produção científica e de um movimento político-militante e associativo, cujas principais expressões são o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), criado em 1976, e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde

Coletiva (Abrasco), em 1979. A Asociación Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES) seria de criação posterior, em 1984. Destaque-se no processo de institucionalização, além dos financiamentos das fundações estrangeiras e da presença da OPAS, o papel da Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP), ao instituir um programa denominado Saúde Coletiva, especialmente no período 1975-1979, por meio do qual se apoiaram 58 trabalhos de pesquisa, sendo que no período de 1968-75 já haviam sido apoiados 29 projetos. Em 1982, juntamente com o CNPq foi proposto um novo programa com o mesmo nome²⁷.

A partir de então, a aceitação do termo *saúde coletiva* se generaliza e o terceiro período – o da *saúde coletiva* – se instala. O campo se abre então para a terceira geração de novos profissionais da saúde coletiva.

No mesmo ano de sua criação o CEBES (1976) lança sua publicação *Saúde em Debate*, cujo primeiro número é dedicado ao sanitarista Samuel Pessoa e à discussão da seguridade social. A concretização de uma revista que representasse a comunidade abasquiana ocorreria no final dos anos 1990; seu primeiro número é de 1996. Estávamos cumprindo no processo de institucionalização do campo da saúde coletiva a fase final: a de criação de instrumentos para a divulgação da produção científica.

Breve história das publicações científicas

A história das publicações de periódicos remonta ao século XVII, quando são editados os dois periódicos considerados os mais antigos do campo científico. O primeiro, *Journal de Sçavans* saiu em 5 de janeiro de 1665, em Paris, publicado por Denis de Sallo e tinha como objetivos:

Catalogar e dar informações úteis sobre livros publicados na Europa e resumir seus trabalhos, tornar conhecidas as experiências em física, química e anatomia que poderiam servir para explicar fenômenos naturais, descrever invenções ou máquinas, úteis ou curiosas, armazenar dados meteorológicos, apresentar as principais decisões das cortes civis e religiosas e críticas de universidades, transmitir aos leitores todos os eventos em curso dignos do interesse dos homens²⁸.

Com períodos de interrupção, censurado por autoridades francesas e durante a Revolução Francesa, o periódico foi reativado em 1816 e chegou até os dias atuais. No mesmo ano de sua criação, com diferença de três meses, surgiu na Inglaterra uma segunda revista, fundada por

filósofos da Royal Society, a *Philosophical Transactions*, dedicada exclusivamente ao registro das experiências em todas as áreas científicas, não incluindo outras matérias. Segundo Stumpf²⁹, “o *Journal des Sçavants* [grafia adotada a partir de janeiro de 1866] e o *Philosophical Transactions* contribuíram como modelos distintos para a literatura científica: o primeiro influenciou o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área específica, e o segundo se tornou modelo das publicações das sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa, durante o século XVIII”.

Cita também que *No século XIX a produção das revistas científicas cresceu significativamente, em função do aumento do número de pesquisadores e de pesquisas*; aliado “aos avanços técnicos de impressão e a fabricação do papel com polpa de madeira contribuíram para esta expansão.

A autora considera que: *No século XX, o crescimento permaneceu acentuado, devido ao fato das revistas passarem a ser publicadas, também, por editores comerciais, pelo Estado e por universidades. A partir da segunda metade, especialmente, as publicações seriadas tiveram um crescimento exponencial, intensificando também o seu controle bibliográfico.*

No Brasil as primeiras revistas científicas datam da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX: *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (1862), *Gazeta Médica da Bahia* (1866), *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (1909) e a *Revista da Academia Brasileira de Ciências* (1917). Adotando a periodização do site Brasileira³⁰, essas publicações situam-se entre o segundo e terceiro período de divulgação da ciência: o primeiro seria antes de 1800; o segundo, de 1801-1900; o terceiro, de 1901-1945; o quarto, de 1946-1980, e o quinto, de 1981 até o presente. Assinalam que

*Boa parte das publicações que circularam na primeira metade do século 19 tinha como característica principal o pragmatismo científico. A maioria tratava de assuntos ligados à agricultura, indústria e mineralogia, além de abordar a área médica ou farmacêutica*³⁰.

A importância do periodismo médico na primeira metade do século XIX é assinalada por Ferreira³¹, que cita alguns que se sobressaíram: *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828), *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), *Diário de Saúde* (1835-1836), *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e *Revista Médica Brasileira* (1841-1843).

Segundo Moreira e Massarani³², pelo catálogo da Biblioteca Nacional, *ao longo de todo o século*

XIX, foram criados cerca de 7.000 periódicos no Brasil, dos quais aproximadamente 300 relacionados de alguma forma à ciência, entendendo-se por periódicos relacionados à ciência, os produzidos por instituições ou associações científicas, ou ainda que tinham em seu título a palavra “científico” ou “ciência”.

Autores, como Almeida³³, ao apontarem a grande quantidade de revistas brasileiras, comentam que: *Desse exagerado número de revistas, em 2012, somente 167 estão indexadas na Base ISI e 289 na Base Scopus, as quais podem dar verdadeiramente a dimensão da internacionalização da boa ciência produzida por pesquisadores brasileiros e divulgadas em bons periódicos nacionais.*

Os periódicos de Saúde Pública, Saúde Coletiva, Epidemiologia brasileiros

Em 1996, Maria Cecília de Souza Minayo encerrava a sua gestão como presidente da Abrasco e iniciava um novo projeto – a publicação de uma revista que fosse o veículo do próprio campo, que se concretizaria no final desse ano.

Lembramos que as primeiras publicações da Abrasco datam de 1982. O primeiro *Boletim* da Abrasco é de janeiro-março de 1982 e viria até a atualidade; e o primeiro número da série *Ensino da Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil* data de fevereiro de 1982. Foram publicados três números com essa denominação, e os números 4 e 5 como *Estudos de Saúde Coletiva*, respectivamente, em 1986 e 1988. Estes cinco números têm uma importância especial para o campo da saúde coletiva, pois documentam sua história, quando o campo emergia. E através deles pode-se acompanhar durante seis anos as atividades da Abrasco (reuniões, seminários, fóruns) e trabalhos que se tornaram referência para o campo, por exemplo, o de Donnangelo²⁰, sobre as pesquisas realizadas na década de 1970; o de Paim³⁴, sobre o ensino em saúde coletiva; o de Cohn e Nunes³⁵, sobre os primeiros cursos de mestrado e doutorado em saúde coletiva, entre outros.

Essas publicações antecedem a realização dos grandes eventos da área, sendo que o primeiro Congresso da Abrasco foi realizado em 1986, no Rio de Janeiro. Como já assinalamos, são momentos importantes no processo de institucionalização que muitas vezes são concomitantes – congressos, reuniões, produção científica, publicação.

Como veremos abaixo, já tínhamos revistas que veiculavam a produção no campo da saúde pública, mas não com a perspectiva mais integral

da área da saúde coletiva, que a partir das suas origens assenta-se, particularmente, sobre a epidemiologia, ciências sociais e políticas sociais e de saúde.

De outro lado, é interessante assinalar que entre nós, na área da saúde, como também acontece em outros países, as Revistas aparecem vinculadas às instituições de ensino e pesquisa e também a associações e corporações profissionais. Isso pode ser constatado na *Revista de Saúde Pública*, órgão da Faculdade de Saúde Pública, criada em 1967; nos *Cadernos de Saúde Pública*, que data de 1985, órgão da Escola Nacional de Saúde Pública; na *Saúde em Debate*, criada pelo CEBES, desde 1976; nos *Cadernos de Saúde Coletiva*, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 1987, primeiramente, como publicação monográfica e posteriormente seriada; na *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, publicada desde 1973, pela Fundacentro; na *Revista Baiana de Saúde Pública*, órgão da Secretaria de Saúde do Estado, desde 1974.

Na década de 1990, aparecem outros periódicos: *Physis - Revista de Saúde Coletiva* publicado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desde 1991, que sem particularizar completamente, situa-se como preferencial para a área de Ciências Humanas e Sociais em Saúde; *Saúde e Sociedade*, que, desde 1992, é publicado pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP), em parceria com a Associação Paulista de Saúde Pública (APSP); *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, publicado pela Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, desde 1994; *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, desde 1997, publicado pela Unesp (campus Botucatu); *Revista Brasileira de Epidemiologia*, criado em 1998, é específico de um campo dentro da Abrasco.

Ciência e Saúde Coletiva – revendo o primeiro número

O primeiro número da Revista abre com um editorial no qual se situa a sua proposta:

*Ser um instrumento de divulgação e reflexão crítica da história e da memória do campo, de análise do “estado da arte” das disciplinas que o compõem, das tendências e perspectivas do pensamento das teorias e das práticas da Saúde Coletiva*³⁶.

Os artigos configuram esta perspectiva com um debate sobre a política de saúde no Brasil; história e fundamentos da ciência e saúde coletiva, no interior do desenvolvimento da ciência e

tecnologia nacionais; aspectos históricos da saúde coletiva e dos cursos de pós-graduação; panorama do estado atual do conhecimento e da prática epidemiológica no Brasil; a situação e a perspectiva do planejamento e da gestão em saúde no âmbito acadêmico; a trajetória da saúde pública junto às políticas saudáveis e novos aportes para o campo sanitário; análise das epidemias de dengue ocorridas a partir de 1981 e as discussões sobre a erradicação do *Aedes Aegypti*, estratégias de comunicação no combate ao vetor da dengue. O número apresenta também três resenhas: sobre os “velhos e novos males da saúde no Brasil”, sobre o agir comunicativo e pensamento social e sobre os “dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva”. Somente esses enunciados mostram a abrangência da proposta da Revista, ao abordar um amplo espectro de disciplinas, incluindo o debate de políticas de saúde e de problemas, como a dengue, que, infelizmente, passados vinte anos continua a ser uma questão não resolvida.

Alguns estudos realizados sobre a Revista mostraram que, embora aberta aos mais diversos campos constituintes da saúde coletiva, apresenta uma destacada produção em ciências sociais e planejamento. Por exemplo, em 2005, tais temas representavam, respectivamente, 36,8% e 28,3% do total de temas abordados. Comparativamente, no mesmo período, os *Cadernos de Saúde Pública* apresentavam 49,1% da sua produção em epidemiologia, a *Revista de Saúde Pública*, 57,5%, e *Ciência e Saúde Coletiva*, 20,8%. Na mesma pesquisa, constatava-se que, em 2006, o número de artigos da epidemiologia cresceu em todas essas publicações e, notadamente, na *Ciência e Saúde Coletiva*, passando para 32,7%³⁷.

Outra pesquisa realizada por Minayo³⁸ em sete revistas da área *Revista de Saúde Pública*; *Cadernos de Saúde Pública*; *Ciência & Saúde Coletiva*; *Saúde e Sociedade*, *Physis*, *Interface* e *História, Ciência e Saúde*, no período de janeiro de 2011 a agosto de 2012 (20 meses), levantou dados interessantes sobre a intercessão entre ciências sociais e saúde. Esses periódicos publicaram 1757 artigos durante o período, sendo que 545 (31,0%) faziam interface das ciências sociais e saúde. A autora acrescenta que além das contribuições dos autores pioneiros da área, as publicações contavam com a contribuição de estudiosos importantes da segunda e terceira geração.

Numa síntese desses 20 anos, ao abrir a edição de 2015, os editoriais apontam que foram publicadas 112 edições, 2993 artigos (até o fim de 2014), numa média de 28 textos por fascículo. Esses foram acessados - entre 2002 e setembro de 2014 - por 9.408.979 pessoas de língua portu-
guese

guese; 550.337, inglesa; 189.420, espanhola e 443.264, de outros idiomas. Isso representa um dos índices mais elevados de acesso à produção brasileira em qualquer área³⁹.

Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi o de localizar a revista *Ciência e Saúde Coletiva* como parte fundamental do processo de institucionalização da área da saúde coletiva. Com 36 anos de existência, considerando que a formalização da área ocorreu em 1979, a criação de um veículo próprio de divulgação da produção científica demorou mais de uma década para se concretizar. Tivemos publicações anteriores, mas com periodicidade, sem interrupção, somente a partir de 1996.

Lembramos que alguns campos de conhecimento ao serem “fundados” criam imediatamente seus veículos, a fim de dar espaço para que as pesquisas sejam publicadas e divulgadas. Um exemplo clássico é a revista *L'année sociologique*, criada por Emile Durkheim em 1896, considerado “o mais celebrado aspecto da fundação institucional e deliberativa da sociologia durkheimiana” e que foi sempre mais do que a grande bandeira (flagship) de um periódico de revisão da escola durkheiminiana, devotada a [ser] um compêndio e síntese dos trabalhos acadêmicos do ano anterior, na medida em que era pertinente à perspectiva sociológica durkheiminiana. Nesse sentido, como anota Baher, “Ela [a revista] também operava como um instituto de pesquisa congregando algumas das figuras mais talentosas da sociologia já recrutadas”⁴⁰.

Também na apreciação de Baher⁴⁰, a sociologia fundada por Durkheim é atravessada por três condições: conceitual, cultural-política e organizacional. Não vamos desenvolver essas condições, mas elas ajudam a pensar no plano da estruturação do conhecimento, não somente no caso da sociologia, mas também presente em outros campos científicos. Em realidade, destacamos que no plano organizacional, o papel da revista é sempre fundamental.

Ao contrário do citado caso francês, a sociologia médica nos Estados Unidos somente criou um órgão próprio em 1966 – *Journal of Health and Social Behavior* (JHSB) –, como órgão oficial da *American Sociological Association* (ASA), em substituição ao *Journal of Health and Human Behavior*, existente desde 1960, mas de propriedade particular. Assim, no processo de institucionalização da sociologia médica norte-americana, o periódico aparece num momento em que o campo já apresentava um amplo quadro de re-

alizações tanto em produção científica, como na formalização associativa, visto que, desde 1955, já havia um *Committee on Medical Sociology*, embrião da *Medical Sociology Section*, da ASA, a segunda seção criada no interior dessa Associação.

Os casos citados exemplificam que há diversas condições (e momentos) sociais, políticas, culturais, econômicas e financeiras que engendram as possibilidades de criação de um órgão de difusão de determinado campo de conhecimento. Constitui o que os estudiosos caracterizam como *história institucional*, conceito que adotamos neste ensaio.

As histórias institucionais diferenciam-se das histórias intelectuais, na medida em que corporificam *ideias e práticas que foram promovidas, desenvolvidas e transmitidas por meio das redes sociais, sociedades, centros de pesquisas universitárias, escolas, departamentos, etc.*⁴¹. Para os sociólogos que utilizam esta perspectiva,

*Embora as trajetórias cognitivas e intelectuais das disciplinas sejam entrelaçadas e somente separadas completamente para fins analíticos, um foco sobre desenvolvimento institucional é uma análise dos processos através dos quais importantes ideias tornam-se inseridas em práticas sociais e estruturadas em arranjos mais resilientes e permanentes*⁴¹.

Destacamos que a abordagem, como vimos em relação à saúde coletiva, permite o contato com os atores e as trajetórias das publicações. Embora tenhamos tangenciado questões referentes à institucionalização numa trajetória de transformações conceituais – prevenção, promoção, coletivo, social – e da formação de associações profissionais, a nossa abordagem central foi em torno dos periódicos. Nesse sentido, é interessante ressaltar que *Ciência e Saúde Coletiva* nasce no interior de uma Associação (a Abrasco), mas se converte no veículo da produção da academia e dos cursos de pós-graduações em saúde pública e saúde coletiva. Isto não significa secundarizar a produção procedente dos serviços e das instituições de saúde (públicas e privadas), desde que dentro dos parâmetros exigidos pelas publicações científicas.

Duas décadas constituem um tempo histórico de curta duração, mas permitem avaliar, no campo das publicações, uma bem sucedida experiência que traz em sua trajetória um período fundamental no desenvolvimento do campo da saúde coletiva e portador de um farto material que se abre para inúmeras possibilidades de pesquisas.

Referências

1. Ben David J. The scientific role: the conditions of its establishment. *Minerva* 1965; 4(1):15-54.
2. Oberschall A, editor. *The establishment of empirical sociology*. New York: Harper and Row; 1972.
3. Bloom SW. *The word as a scapel: A history of medical sociology*. New York: Oxford University Press; 2002.
4. Nunes ED. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. *Saude. soc* 1994; 3(2):5-21 .
5. Paiva CHA. *A Organização Pan Americana da Saúde e a reforma de recursos humanos na saúde na América Latina*. 2004. [acessado 2015 mar 15] Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/local/File/opas.pdf>
6. Gandra Júnior DS. *A lepra: uma introdução ao estudo do fenômeno social da estigmatização* [tese]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 1970.
7. Arouca ASS. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva* [tese]. Campinas: Unicamp; 1975.
8. Donnangelo MCF. *Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho*. São Paulo: Pioneira; 1975.
9. Donnangelo MCF, Pereira L. *Saúde e sociedade*. São Paulo: Duas Cidades; 1976.
10. Machado R, Loureiro A, Luz R, Muricy K. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1978.
11. Luz MT. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
12. Cordeiro H. *A indústria da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1980.
13. Cohn A. *Previdência social e populismo* [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1980.
14. Schraiber LB. *Educação médica e capitalismo*. São Paulo: Hucitec; 1989.
15. Marsiglia RMG. *Assistência médica e relações de trabalho na empresa: O modelo de convênios com a Previdência Social* [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1981.
16. García JC. *La educación médica en América Latina*. Washington: Organización Panamericana de la Salud; 1972.
17. Breilh J. *Economia, medicina, política*. Quito: Editora Universitária; 1979.
18. Laurell AC. El estudio social del proceso salud-enfermedad en América Latina. *Cuad Méd Soc* 1986; (17):3-18.
19. Teixeira SMF. *Assistência médica na previdência social: evolução e crise de uma política social* [dissertação]. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 1976.
20. Donnangelo MCF. A pesquisa na área da saúde coletiva no Brasil: a década de 70. In: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco). *Ensino da Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Abrasco; 1983. p. 17-35
21. Organización Panamericana de Salud (OPS). *Enseñanza de la medicina preventiva y social - 20 años de experiencia latinoamericana*. Washington: OPS; 1976. (Publ. Cient. 234).
22. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 9ª ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.
23. Loyola MA. *Médicos e curandeiros*. São Paulo: Difel; 1984.
24. Pereira JCM. *A explicação sociológica na medicina social*. São Paulo: Editora UNESP; 2006.
25. Barata RCB. *Epidemia de doença meningocócica na cidade de São Paulo, 1970-1977* [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1985.
26. Cohn A. *O social e sua incorporação no conhecimento e na prática médica*. s.d. [mimeo].
27. Teixeira SMF. As ciências sociais em saúde no Brasil. In: Nunes ED. *As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: OPAS; 1985, p. 87-109.
28. Houghton B. *Scientific periodicals: their historical development, characteristics and control*. London: The Central Press; 1975.
29. Stumpf IC. Passado e futuro das revistas científicas. *Ci. Inf.* 1996; 25(3):383-386 [acessado 2015 mar 17]. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_bdca5a101e_0008771.pdf
30. Brasileira – A divulgação científica no Brasil. [acessado 2015 mar 27]. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>
31. Ferreira LO. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* 1999; 6(2):331-351.
32. Moreira IC, Massarani L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: Massarani L, Moreira IC, Brito F, organizadores. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura; 2002. p. 43-64 [acessado 2015 abr 3]. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/media/cienciaepublico.pdf>.
33. Almeida ECE. *A evolução da produção científica nacional, os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da Capes* [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2013.
34. Paim JS. Desenvolvimento teórico-conceitual do ensino em saúde coletiva. In: Abrasco. *Ensino da saúde pública, medicina preventiva e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Abrasco; 1982. p. 4-19.
35. Cohn A, Nunes ED. *A pós-graduação em saúde coletiva: mestrado e doutorado*. In: Abrasco. *Estudos de Saúde Coletiva*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Abrasco; 1988. p. 15-26.
36. Editorial. *Cien Saude Colet* 1996; 1(1):1-1.
37. Loyola MAR. A Saga das Ciências Sociais na área da Saúde Coletiva: elementos para reflexão. *Physis* 2008; 18(2):251-275.
38. Minayo MCS. A produção de conhecimentos na interface entre as ciências sociais e humanas e a saúde coletiva. *Saude e soc* 2012; 21(1):9-14.
39. Minayo MCS, Gomes R. Ciência & Saúde Coletiva faz 20 anos, comemora êxitos e tem novas metas. *Cien Saude Colet* 2015; 20(1):5-5.
40. Baehr P. *Founders, classics, canons: Modern disputes over the origins and appraisal of sociology's heritage*. New Brunswick: Transaction Publishers; 2002.
41. Collyer F. *Mapping the sociology of health and medicine: America, Britain and Australia compared*. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan; 2012.

Artigo apresentado em 06/04/2015

Aprovado em 06/04/2015

Versão final apresentada em 08/04/2015